

Orçamento participativo no município de Vitória, ES

Melissa Passamani Boni¹, m.boni@yahoo.com.br; **Regina Coeli Gouveia Varella**²;
José Luiz Sanguedo Boynard³; **Fátima Pereira Gomes Almeida**⁴

1. Arquiteta e urbanista da Prefeitura Municipal de Vitória;
2. Arquiteta e urbanista;
3. Engenheiro civil, advogado e professor no Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET), Campos dos Goytacazes, RJ.
4. Professora no Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos (CEFET), Campos dos Goytacazes, RJ.

Artigo recebido em 18/08/2008 e aprovado em 2/09/2008.

Todo poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

CF1988, Art 1º, parágrafo único.

RESUMO: Este artigo tem como recorte a prática do orçamento participativo do município de Vitória retomada a partir do ano de 2005, apresentando seus principais aspectos metodológicos e resultados, inferidos dos documentos publicados pela própria prefeitura e entrevistas com atores envolvidos. Toma como objetivo avaliar as dimensões redistributiva e participativa do processo, e verifica que se inicia uma mudança de postura do novo governo, dentro de um compromisso com a justiça social e a participação da população, sobretudo a de baixa renda.

Palavras-chave: orçamento participativo , Vitória , participação social.

RESUMEN: Presupuesto participativo en el Municipio de Vitória, ES. Este artículo tiene como recorte la práctica del presupuesto participativo del municipio de Vitoria retomada a partir del año 2005, presentando sus principales aspectos metodológicos y resultados, inseridos en los documentos publicados por la propia prefectura, y entrevistas con los actores involucrados. Toma como objetivo evaluar las dimensiones de distribución y participativa del proceso, y verifica que se inicia un cambio en la postura del nuevo gobierno, dentro de un compromiso con la justicia social y la participación de la población, sobre todo la de baja renta.

Palabras llaves: presupuesto participativo, Vitoria, participación social.

ABSTRACT: Participatory budget in the city of Vitória, ES. This article studies the practice of the participatory budget of Vitória from the year of 2005, presenting its main methodological aspects and results, inferred from the documents published by the city hall and interviews with the people involved. It takes as objective to evaluate the redistributive and participatory dimensions of the trial, and verifies that a change of posture of the new government is initiated, inside a commitment with the social justice and the population participation, especially the poor population.

Keywords: participatory budget, Vitória, social participation.

Introdução

No mundo contemporâneo, a qualidade das práticas democráticas está inteiramente associada à solidez e à atuação harmônica dos instrumentos de

representação que, na maioria das vezes, são marcados por limitações, estas que muitas vezes distorcem seus princípios e objetivos.

Nossa história recente descreve uma trajetória de resgate dessas práticas democráticas, surgidas no limiar do ocaso do regime militar que, por tempos, definiu os destinos de nosso povo. Nesse contexto, a partir de meados da década de 1970 e na década de 1980, surgiram com grande efervescência no Brasil, os movimentos sociais urbanos, de formas e características variadas, centrados em temas e reivindicações de diversas naturezas.

Na década de 1970, mais precisamente, foi destacado o caráter revolucionário e espontâneo desses movimentos, trazendo como novidade um pretenso novo modo de fazer política, fora dos partidos e dos sindicatos. Eram movimentos de enfrentamento e tendentes a insurreições em face das condições políticas do período, marcado pela ditadura militar.

Seguiu-se a fase de institucionalização dos movimentos, a partir da década de 1980, com nova dinâmica de atuação, proporcional ao processo de redemocratização do país. O caráter reacionário de enfrentamento e resistência deu lugar ao relacionamento conveniente entre os movimentos sociais e o Estado, com o surgimento de novos atores sociais, que propiciaram um processo intenso de reivindicações reprimidas, coincidente com a abertura e a ampliação das estruturas burocráticas do Estado, culminando com o processo de descentralização administrativa, iniciado no final da década de 1980.

A partir de então, ampliou-se o número de propostas que procuravam estimular a participação popular dentro do Estado, que por se encontrar politicamente enfraquecido, na oportunidade, deu azo a que esse aumento da participação popular pudesse ser entendido por alguns, como uma forma de cooptação, o que na realidade não chegou a se verificar.

Se nos anos 1980, a institucionalização dos conflitos era interpretada como cooptação, na década seguinte, diante da proliferação de formas participativas e de gestão conjuntas, novos olhares de desconfiança são lançados sobre os movimentos sociais, que passaram a ser analisados como grupos de pressão/interesse, minimizando o caráter democrático de espontaneidade e legitimidade de tais movimentos. Percebe-se, entretanto, que o que está em curso, é um processo de aprendizagem de como reivindicar, que faz parte da luta pela conquista da cidadania.

As modificações passam a ser rápidas e constantes na sociedade brasileira que, ao mesmo tempo, se torna cada vez mais complexa. Essas transformações desestabilizaram a estrutura social do país, tornando-a estratificada e excludente, ao ponto das organizações estatais se afastarem das reais necessidades da população.

Dessa forma, o que se impõe, no momento presente como desafio, é a criação de canais institucionais que possam promover o espaço para discussão das diferenças e que o anseio popular, tenha, na participação representativa, a forma de reduzir a heterogeneidade de nossa convivência. Para esse propósito, passam a se constituir condições essenciais o fortalecimento das instituições democráticas e a presença de uma comunidade cívica organizada que tenha poder de voto e veto em todos os assuntos em que esteja presente o interesse público.

Registre-se, todavia, que alguns fatores conspiram contra a participação popular nos nossos dias, entre eles destacam-se a distância entre representantes e representados, o não cumprimento de promessas de campanha, o poder econômico de grupos privados, o poder dos meios de comunicação de massa e da indústria da propaganda, o culto ao personalismo e as práticas de clientelismo e fisiologismo, além de outros tantos fatores igualmente negativos, que inibem, desanimam e minimizam a importância da participação consciente e voluntária da população nos processos decisórios de seu interesse.

É preciso não desanimar e acreditar que, na perspectiva de mudanças na relação entre Estado e sociedade no Brasil, o princípio da participação é condição *sine qua non* na busca de uma prática cidadã que venha a se constituir numa atividade permanente de controle sobre as ações do Estado e na exigência de responsabilização na aplicação dos recursos públicos.

Por esse conceito, a democracia representativa pode e deve ser combinada com institutos de participação popular direta, o que possibilita maior presença dos cidadãos no processo de tomada de decisões. Os dois modos de exercício do poder não constituem sistemas excludentes, mas complementares e compatíveis entre si. Assim, pode-se exercer o que se chama de “democracia participativa”.

É nesse sentido que a experiência do orçamento participativo, praticada em um número crescente de municípios brasileiros, ganha relevância. Ao promover a democratização do orçamento público, principal instrumento de planejamento das políticas públicas, o orçamento participativo emerge como um relevante instrumento para a participação popular na definição das políticas urbanas e sociais.

Este trabalho aborda a prática do orçamento participativo do município de Vitória retomada no ano de 2005, apresentando seus principais aspectos metodológicos e resultados, a partir de documentos publicados pela própria prefeitura e entrevistas com atores envolvidos. Admite-se que, para maior aprofundamento deste estudo, é necessário acompanhar o processo por certo tempo e aprofundar em outras questões, mas que, no âmbito deste trabalho, não foi possível realizar. Entretanto, através dos recursos levantados, foi possível

apreender como está sendo o caminhar deste processo na cidade de Vitória (o reinício de um processo adormecido por três anos) e as possibilidades futuras, caso se mantenha o compromisso com a justiça social e a participação da população, sobretudo a de baixa renda. Objetiva-se avaliar as dimensões redistributiva e participativa do processo, através de alguns primeiros resultados obtidos, mesmo que ainda preliminares¹.

I – Orçamento participativo: antecedentes e conceitos

A Constituição Federal de 1988 afirmou a participação direta como princípio fundamental da República, prevendo a participação popular nas tomadas de decisão do poder público, nos diversos níveis de governo e âmbitos de planejamento. A Carta Magna não faz menção à área de finanças públicas, entretanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº. 101/00) preconiza a participação popular e a realização de audiências públicas nos processos de elaboração dos planos e leis orçamentárias. Ademais, o orçamento participativo está também fundamentado juridicamente pela Lei Federal nº 10.257/01, o Estatuto da Cidade, como também em leis orgânicas municipais e planos diretores.

A Constituição de 1988 define três instrumentos integrados para elaboração do orçamento, que visam o planejamento das ações do poder público e que também são contemplados na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quais sejam: i) Plano Plurianual (PPA), que estabelece de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e metas da Administração pública para um período de quatro anos; Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades da Administração Pública, define mudanças na Legislação Tributária, na Política de Pessoal, além de orientar a elaboração do orçamento anual; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), a materialização do aporte orçamentário e financeiro das ações e metas estabelecidas no PPA. Geralmente o orçamento participativo é realizado na fase de elaboração da LOA.

“A reconquista da autonomia municipal através da Constituição Federal de 1988 permitiu, nos últimos quinze anos, o surgimento de novas práticas de organização de poder no âmbito local, em que passa a ser evidenciada a participação das organizações representativas da sociedade na gestão das políticas públicas” (AZEVEDO, 2003), sobretudo através do orçamento participativo. O

1 Considerando a recente retomada do processo e dos poucos resultados ainda explicitados.

orçamento participativo surge, então, em meio à democratização e descentralização administrativa, no fim da década de 1980, ampliando o incentivo à participação popular aliado a uma disputa por recursos escassos, tornando relevantes os mecanismos de participação e o poder de organização dos grupos para a definição da distribuição desses recursos.

Na concepção de Souza (2003), “na sua essência, o orçamento participativo consiste em uma abertura do aparelho de Estado à possibilidade de a população (...) participar, diretamente, das decisões a respeito dos objetivos dos investimentos públicos”. Nos últimos anos, houve um aumento significativo dessa prática no país, conforme demonstra a Tabela 1.

Grazia (2003) se refere ao orçamento participativo como meio de incluir a população de baixa renda não só nos processos decisórios como população contemplada pela alocação dos recursos públicos.

O orçamento participativo decorre das reivindicações de movimentos populares frente aos limites da democracia representativa do país. Regime este que se mostra historicamente incapaz de permitir, isoladamente, a superação de práticas administrativas responsáveis pela segregação espacial e pela exclusão das camadas populares das arenas de decisão das políticas públicas. Os confrontos com a cultura autoritária da administração pública, tradicionalmente fechada aos anseios populares, e as ações políticas que buscam reverter os processos responsáveis pela ampliação das desigualdades sociais, agravadas nas últimas décadas contribuíram também para o surgimento das experiências de orçamento participativo (GRAZIA, 2003).

Nesse contexto, presenciou-se mais que o surgimento de novos atores sociais, um processo intenso de reivindicação reprimida, paralelamente à abertura e ampliação das estruturas burocráticas do Estado, dentro de um quadro de crescentes dificuldades econômicas, gerando uma disputa por recursos escassos, pois, em média, o montante destinado a investimentos nos municípios brasileiros é de aproximadamente 10% do total da receita orçamentária (BRASIL, 2006), uma vez que o restante já está, em geral, comprometido com custeio, manutenção e pagamento de pessoal.

As experiências de orçamento participativo, de modo geral, ainda são limitadas, mas contêm avanços inegáveis: possibilitam a elaboração de um diagnóstico mais preciso da realidade do município; delimitam a capacidade de resposta da administração municipal às demandas da população, partilhando

TABELA 1 Municípios que praticam o orçamento participativo

Gestões administrativas	Municípios com OP
1989-1992	12
1993-1996	36
1997-2000	104

Fonte: GRAZIA, 2003. Fórum Nacional de Participação Popular e levantamento da autora.

responsabilidades; e impulsionam o desdobramento de outras formas de participação na gestão.

O orçamento participativo é um processo educativo cujos participantes iniciam-se no processo com uma visão micro (sua casa, sua rua, seu bairro) e uma pauta com todas as necessidades básicas e aos poucos vão aprendendo a ter uma visão mais abrangente, da cidade, dos problemas urbanos e das limitações governamentais e a defender, portanto, uma pauta viável.

A mobilização da sociedade permite uma transformação político-administrativa, provocando uma considerável redução de vetos por parte do Poder Legislativo às prioridades definidas no OP, devido a sua legitimidade social e a pressão da sociedade organizada durante o processo, além de restringir as práticas clientelistas de alocação de recursos. Em face do interesse nos votos, até mesmo governos de tradição clientelista vêm percebendo que contrapor-se a ele resulta em expressivo ônus político.

Em suma, por meio do Orçamento Participativo, a política pública deixa de ser vista, e experimentada, apenas como um processo de agregação de preferências dadas e passa a incorporar uma dimensão deliberativa, que abrange também a formação e a transformação das preferências, a construção do consenso e a explicitação da diferença (AZEVEDO; ANASTASA, 2002, apud AZEVEDO, 2003).

A implementação do orçamento participativo depende, porém, na maioria dos casos, da iniciativa do Executivo, que decide iniciá-la, ao determinar a instituição da participação popular na elaboração e fiscalização do orçamento público e também realizar uma série de atos administrativos para viabilizar a experiência. Esse é um dos entraves para a qualidade da experiência do orçamento participativo nos municípios brasileiros, pois os prefeitos e vereadores não querem abrir mão do poder, compartilhando com os cidadãos as decisões das prioridades dos investimentos da administração pública.

II – A prática atual do orçamento participativo em Vitória

No ano de 2005, o novo governo do PT reinaugurou o orçamento participativo de Vitória, que já estava adormecido há aproximadamente três anos com a inversão de prioridades do governo anterior². Reconhecendo que o

2 Para conhecer melhor a evolução do orçamento participativo em Vitória ver CARLOS, 2007; SAMPAIO, 2006.

planejamento tecnocrático aliado à democracia representativa não alcançaria a verdadeira democracia, que significa “poder do povo”, buscou-se a retomada do processo de democracia direta combinada com a democracia representativa, visando alcançar o que pode ser chamada de “democracia participativa”. A democracia participativa avoca a população “a participar diretamente das tomadas de decisão, acompanhar a ação dos eleitos e controlar a aplicação dos recursos públicos” (PMV, 2007). O processo do orçamento participativo veio como a efetivação desta prática de cidadania.

A cartilha do orçamento participativo 2008-2009 aponta aos cidadãos a necessidade de se preparar para o exercício da cidadania, através do desenvolvimento de uma ética da participação popular, sublinhando três pontos básicos (PMV, 2007b):

- a) Cooperação e solidariedade – superar o individualismo e abrir mão de alguns interesses individuais em nome da coletividade.
- b) Co-responsabilidade na gestão da cidade – “planejar e assumir tarefas em conjunto; esforçar-se, junto com os outros, para que os resultados sejam os melhores possíveis; assumir coletivamente os erros e comemorar em conjunto os acertos; saber cobrar, mas também saber fazer a sua parte” (PMV, 2007b).
- c) Justiça social – buscar a redução de desigualdades, através da justa distribuição dos recursos.

Estes pontos básicos foram levados em consideração na construção da metodologia do OP e na distribuição dos recursos entre as regiões da Cidade.

2.1 – Divisão territorial

A malha territorial do orçamento participativo é um importante condicionante para o processo (SOUZA, 2005). Ela deve ser reconhecida coletivamente, ou seja, a população deve reconhecer os territórios e manter relação de identidade com estes. Territórios de grandes dimensões também dificultam a participação de todos os interessados e privilegiam as populações mais próximas dos locais de reunião, o que pode contar na eleição das prioridades.

Na cidade de Vitória, as reuniões ocorrem em cada um dos 79 bairros. A divisão por bairros permite que um grupo maior de moradores participe, devido à proximidade e acessibilidade dos locais de reunião (localização de fácil acesso e presente no dia-a-dia da população). Esta divisão por bairros ocorre desde o início deste processo em 1989.

Em outra etapa do processo, os bairros são agrupados em regiões, conforme divisão administrativa estabelecida na Lei nº 6.077/93 e alterações (Tabela 2), em que ocorrem os Fóruns Regionais.

2.2 – Metodologia

Como afirma Souza (2005), não há um modelo de orçamento participativo o qual podemos seguir e tomar como uma receita ideal. O processo deve ser construído de acordo com a cultura política e participativa do local, e ser aprimorado a cada etapa vencida.

Celina Souza (2001) se refere ao processo como uma “política que vem ‘de cima’”, pois é liderado e induzido pelo governo. Entretanto, não se pode prescindir de regras, que irão definir os papéis de cada ator envolvido e as etapas do processo (SAMPAIO, 2006). As regras devem ser claras de forma a universalizar o acesso ao processo do orçamento participativo, independente de nível social, cultural e econômico. Neste ambiente organizado, é possível mediar conflitos e alcançar consensos quanto às prioridades a serem eleitas.

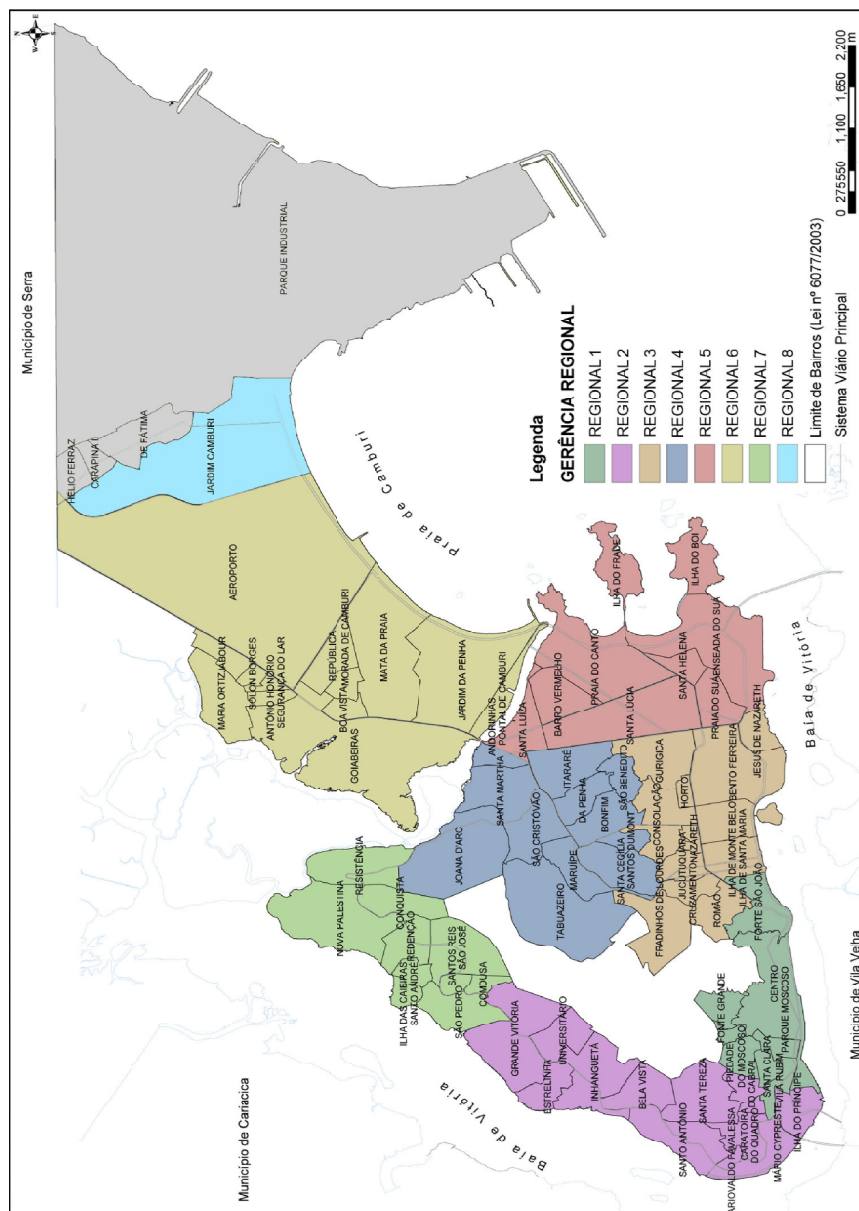
Ademais, a organização realizada pelo poder público, que se reporta aos cidadãos (de forma aberta e flexível), minimiza os custos de atuação (REZENDE; CUNHA, 2002) das comunidades e permite que todas as comunidades sejam tratadas com igualdade. Ao contrário, estariam fadadas a, com seus próprios recursos, batalharem por um espaço na discussão sobre a destinação dos recursos públicos. Sabe-se que, assim, seria uma luta desigual, em que o mais forte político e economicamente, com seu maior poder de barganha, seria privilegiado.

A metodologia do orçamento participativo da atual gestão mantém alguns procedimentos, já em prática nas gestões anteriores, mas também vem buscando o aprimoramento a cada nova fase.

Uma primeira mudança, que pode ser considerada uma inovação no âmbito nacional, foi com relação à periodicidade do processo, que passou a ser bienal, demonstrando uma maior aproximação na participação do PPA. Assim, a população define as prioridades para os dois anos seguintes. Esta modificação ocorreu para buscar responder às demandas dentro do período possível, visto que as etapas a serem cumpridas após a definição das prioridades são muitas. Quando a demanda requer desapropriação, o tempo de execução pode ser bem maior que dois anos. Nesse sentido, foram realizados nos anos 2005 e 2007 os orçamentos participativos para 2006/2007 e 2008/2009.

No processo de orçamento participativo de 2005, a prefeitura recebeu propostas dos delegados para o PPA 2006-2009. Entretanto, a participação dos delegados no PPA teve um caráter apenas consultivo, pois este foi formulado

FIGURA 1 Esquema do planejamento orçamentário do município de Vitória



Fonte: Geoweb Vitória, adaptada pelos autores.

TABELA 2 Bairros e regiões de Vitória conforme a Lei 6.077/93

Regiões	Bairros
1	Forte São João, Centro, Fonte Grande, Piedade, Bairro do Moscoso, Santa Clara, Parque Moscoso, Vila Rubim
2	Ilha do Príncipe, Mário Cypreste, Ariovaldo Favalessa, Caratoíra, Bairro do Quadro, Bairro do Cabral, Santa Tereza, Santo Antônio, Bela Vista, Inhanguetá, Universitário, Estrelinha, Grande Vitória
3	Gurigica, Consolação, Horto, Bento Ferreira, Jesus de Nazareth, Monte Belo, Ilha de Santa Maria, Nazareth, Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Fradinhos, Cruzamento, Romão
4	Andorinhas, Santa Marta, Joana Darc, São Cristóvão, Itararé, Bairro da Penha, Bonfim, São Benedito, Santos Dumont, Santa Cecília, Maruípe, Tabuazeiro
5	Praia do Canto, Ilha do Frade, Ilha Bela, Enseada do Suá, Praia do Suá, Santa Helena, Santa Lúcia, Barro Vermelho, Santa Luiza
6	Pontal de Camburi, Jardim da Penha, Mata da Praia, Boa Vista, Morada de Camburi, Bairro República, Goiabeiras, Antônio Honório, Segurança do Lar, Solon Borges, Maria Ortiz, Jabour, Aeroporto
7	São Pedro, Ilha das Caieiras, Comdusa, Santos Reis, São José, Santo André, Redenção, Conquista, Nova Palestina Resistência
8	Jardim Camburi

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da PMV.

através de um Planejamento Estratégico³, que envolveu o prefeito, os secretários municipais, representantes da sociedade e aliados da administração. A cartilha do OP 2006/2007 deixa bem claro este caráter: “A prefeitura procurará acatar as propostas ao PPA que não entrarem em conflito com seu Planejamento Estratégico” (PMV, 2005).

A participação sobre o PPA possibilita a participação social sobre o total de investimentos, em que pese à forma de participação consultiva, demandando proposta a médio e a longo prazo que contemplam a totalidade do município. As propostas do orçamento participativo contemplam somente demandas para os bairros e regiões com horizonte de curto prazo (Figura 2).

A organização e gerência do orçamento participativo de Vitória são de responsabilidade da Secretaria de Gestão Estratégica, através da Gerência de Orçamento Participativo. Existe um Comitê Técnico formado por técnicos de todas as secretarias afins, que “analisa as demandas das assembleias de bairro e setoriais com base nos critérios técnicos e na política setorial e também acompanha a execução do OP” (BOLDA, 2007).

2.2.1 – Etapas do orçamento participativo de Vitória

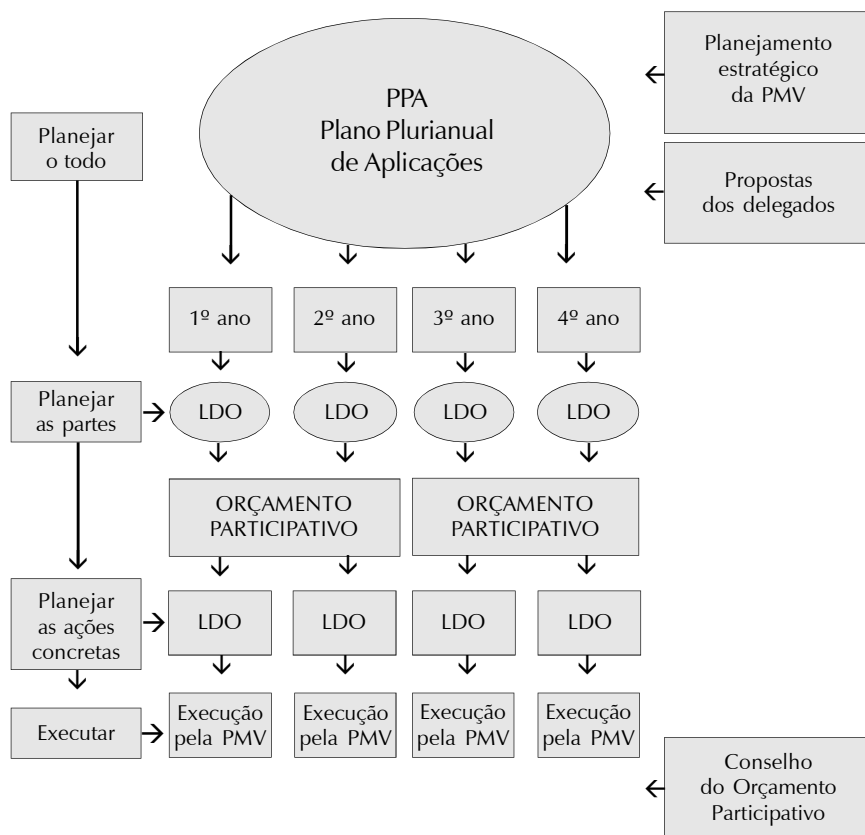
A metodologia atual do orçamento participativo de Vitória conta com as seguintes etapas (Figura 3): a) participação direta da população (participação digital e assembleias setoriais e de bairro); b) 1ª capacitação dos delegados; c) análise técnica e financeira das propostas; d) fóruns de delegados (setorial e regionais); e) congresso da Cidade; f) 2ª capacitação dos delegados; g) fóruns de delegados (acompanhamento).

A participação digital possui um caráter de pesquisa de opinião, em que cada participante pode escolher duas áreas consideradas prioritárias para os investimentos. Foram instalados telecentros em diversos locais da cidade para possibilitar a participação dos que não possuem acesso próprio à internet.

As assembleias setoriais agrupam pessoas em torno de temáticas específicas. Os setores tratados no OP 2008/2009 foram: negros, mulheres, crianças

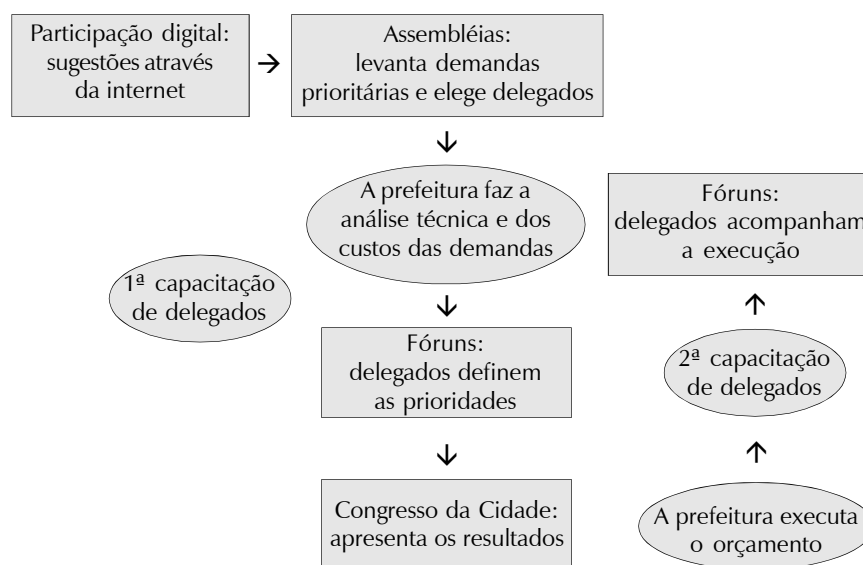
3 A Agenda 21 de Vitória é realizada desde 1996, quando se vislumbrou um cenário desejável até o ano de 2010. O planejamento estratégico em Vitória é de caráter democrático e participativo, de modo a contemplar os diversos segmentos da sociedade. O plano sofreu uma revisão em 2002 (2002-2017), e atualmente passa por uma reformulação com o horizonte de 20 anos (até 2028), com o desafio de se integrar a uma agenda metropolitana.

FIGURA 2 Esquema do planejamento orçamentário do município de Vitória



Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados da PMV, 2005a.

FIGURA 3 Fluxograma do processo do orçamento participativo 2008/2009



Fonte: PMV, 2007. Cartilha do orçamento participativo 2008-2009. Adaptada pelos autores.

e adolescentes, jovens e cultura. O OP 2006/2007 também incluía os setores de economia solidária, empresários e segurança.

Nas assembleias setoriais e de bairros, a população discute seus problemas, levanta as principais necessidades e as colocam em uma ordem hierárquica, e, por fim, elege os delegados. As demandas por obras ou serviços são entregues em formulário fornecido pela Prefeitura, contendo: a) descrição clara da solicitação; b) localização; c) indicação de área; d) metragem estimada.

Foi distribuída uma cartilha com os critérios técnicos para “orientar os participantes quanto às possibilidades técnicas de determinada demanda” (PMV, 2007), minimizando os possíveis problemas desta natureza. O objetivo da cartilha de critérios técnicos é aumentar a consciência e a responsabilidade dos cidadãos, capacitando-os para o debate, além de aumentar a transparência do processo quanto aos critérios utilizados. Os critérios abrangem as áreas de assistência social, educação, esporte e lazer, segurança urbana, habitação, infraestrutura, cultura, meio ambiente, saúde, trabalho e geração de renda e transporte e trânsito. Para cada área, apresentou-se um rol de condicionantes e parâmetros técnicos, como tipos de equipamento, suas características e requisitos mínimos.

Nesta etapa, ainda não é decidido o que realmente será executado. As três primeiras opções escolhidas são submetidas a uma avaliação de viabilidade técnica e financeira, e posteriormente, são analisadas novamente nos Fóruns de delegados, onde as propostas serão aprovadas em definitivo. Sublinha-se que no fórum dos delegados não poderão ser incluídas novas demandas e busca-se respeitar ao máximo as decisões das assembleias.

Os delegados são escolhidos nas assembleias, em critérios de proporcionalidade conforme Tabela 3. Estes irão representar os seus respectivos bairros nos Fóruns de delegados, que irão se reunir periodicamente com a prefeitura para acompanhar e fiscalizar a execução das obras e serviços escolhidos.

Os delegados passam por cursos de capacitação em dois momentos: primeiro, na fase de elaboração do orçamento, esclarecendo os critérios de definição das prioridades e outros critérios técnicos; o segundo momento se dá após o orçamento, qualificando-os para o acompanhamento das obras e serviços.

O fórum de delegados foi inserido na metodologia do OP 2008/2009. Na metodologia anterior, as demandas eram já definidas nas assembleias, o que sujeitava o processo a diversos problemas, quais sejam, a eleição de equipamentos de abrangência regional sem uma análise neste âmbito e os limites técnicos e financeiros.

Nos fóruns de delegados, todos os bairros são contemplados com sua principal demanda. No OP 2006/2007 foi escolhida mais de uma demanda por bairro; já no OP 2008/2009 não pôde ser aprovado mais de um investimento

TABELA 3 Critério de proporcionalidade de delegados segundo o número de participantes

Nº de participantes	Proporção de delegados por participantes
até 150	1 para cada 15
mais de 150	10 mais 1 para cada 25 participantes a mais que 150

Fonte: Elaborada pelos autores com dados da PMV, 2007.

ou serviço por bairro. Desta forma, minimiza-se a disputa entre bairros e a possibilidade de formação de grupos privilegiados. A metodologia propicia a solidariedade e a cooperação, desta feita se pode pensar o bairro dentro do conjunto da região. A quantidade e o tipo de obras e/ou serviços a serem aprovados por região estão condicionados a sua cota orçamentária.

Os resultados dos fóruns de delegados são apresentados e confirmados no Congresso da Cidade, onde também há espaço para o debate sobre as políticas públicas para Vitória.

2.3 – Distribuição dos recursos

Vitória encontra-se em boa situação fiscal. A arrecadação própria do município vem tendo participação cada vez mais significativa na Receita Total, com cerca de 38% para o ano de 2007. Grande parte dessa receita se deve ao ISS, que representa em 2007, 54% do total de arrecadação própria e 21% da Receita Total. As transferências correntes possuem grande peso nas receitas do município, representando em média cerca de 53% da Receita Total. Destes 53%, 36% se constituem da cota parte de ICMS. A cidade de Vitória arrebanha 21% da cota de ICMS do Estado, por ser pólo de comércio e serviços, sobretudo os ligados às atividades portuárias e da indústria da construção civil.

O montante de recursos destinados ao OP é crescente devido ao aumento da capacidade de investimentos da Prefeitura de Vitória. A previsão de investimentos total para 2007 é de R\$224,7 milhões (23,2% da Receita Total) e em 2006 foram destinados R\$147,2 milhões para investimentos. Segundo dados da gerência de orçamento participativo, os investimentos com os OPs 2006/2007 e 2008/2009 compreendem mais de R\$380 milhões, o que representa mais de 50% dos investimentos nos quatro anos.

Em julho de 2000, foi sancionada uma lei que “dispõe sobre a participação popular na elaboração do Orçamento Municipal”. Esta lei reza que se deve assegurar a “participação popular na definição das prioridades para a aplicação de no mínimo 50% dos recursos não vinculados destinados a investimentos em obras, serviços e projetos no município de Vitória e no acompanhamento e controle da sua execução”. Entretanto, conforme a gerente do OP, não se pode restringir as ações à lei, pois o processo é reavaliado constantemente, o que demanda freqüentes alterações. De todo modo, acreditamos ser importante que haja tal regra jurídica para que governos posteriores mantenham um mínimo de continuidade. A gerente ainda afirma que “a participação popular na gestão pública ou a aplicação de recursos em demandas definidas através desta participação não fica garantida por uma lei, mas pela vontade política do governante e pela organização da sociedade civil” (BOLDA, 2007). De fato isso

se comprova se analisarmos as últimas gestões municipais, que já eram orientadas pela norma supracitada, mas que deixou de pôr em prática a participação popular na elaboração do orçamento municipal.

A desigualdade social é latente na cidade de Vitória e, neste sentido, deve haver atenção especial do poder público municipal à devida alocação dos recursos públicos para a redução desta desigualdade. A metodologia do orçamento participativo de Vitória, segundo o princípio de justiça social, busca priorizar os investimentos nas áreas mais carentes. Para tal, foram implantados critérios de divisão dos recursos conforme indicadores ligados à qualidade de vida. Assim, quanto maior for a carência da região, maior será a cota orçamentária.

Foram reunidas cinco categorias, baseadas em dados do IBGE e da própria PMV: habitabilidade, saneamento, rendimento, escolaridade e equipamentos públicos (Tabela 4). Cada região recebe uma nota para cada item, conforme sua classificação mediante as demais. Quanto maior a carência ou precariedade, maior a nota. Cada categoria possui um peso que é incorporado às notas. Ao final, as regiões com maiores notas recebem mais recursos (Tabelas 5 e 6).

2.4 – Prioridades no OP de Vitória

A distribuição das demandas por setor demonstra uma grande carência em infra-estrutura, habitação e esporte e lazer (Gráfico 1). Contudo, percebe-se que há boa parte distribuída entre outros setores, sobretudo advinda das assembleias setoriais. Esta diluição altera o caráter do orçamento participativo que, muitas vezes, tende a ser “obreiro” (JESUS, 2000). Fatalmente, as carências que mais sensibilizam a população estão ligadas a obras de infra-estrutura.

Um comparativo entre as demandas dos orçamentos participativos de 2006/2007 e 2008/2009 evidencia a diminuição das prioridades ligadas a infra-estrutura e educação e a crescente solicitação de ações ligadas a habitação e lazer e esporte (Gráfico 2).

Em entrevista com uma delegada do OP 2006/2007, foi levantada a carência de informações prévias para a escolha das prioridades. A delegada acredita que outros equipamentos e serviços poderiam ser mais úteis para a comunidade, e que o “leque” de opções da comunidade é restrito, devido à falta de informações. Ela defende uma capacitação prévia com as lideranças e maiores informações prévias sobre os serviços ofertados ou a serem ofertados para o bairro.

A gerente de projetos urbanísticos também acredita que o levantamento técnico de carências pode ser útil, não como imposição, mas como forma de evidenciar as carências dos bairros. Esta prática já ocorreu em experiências anteriores com a denominação de “indicativo de obras”. Ela relata que algumas

TABELA 4 Pontuação das regiões segundo os critérios de qualidade de vida

Habitabilidade						
Região	População (censo) 2000		Número médio de banheiros		Densidade habitacional	
	Valor	Nota	Valor	Nota	Valor	Nota
1	16.738		1,84	4	2,98	1
2	36.600		1,25	7	3,60	7
3	35.858		1,51	5	3,53	5
4	53.284		1,28	6	3,60	6
5	28.293		2,66	1	3,13	3
6	59.210		2,00	2	3,23	4
7	28.718		1,01	8	3,81	8
8	23.882		1,80	3	3,03	2
Saneamento						
Região	Água		Esgoto		Coleta	
	Valor	Nota	Valor	Nota	Valor	Nota
1	97,0%	6	95,8%	3	97,8%	7
2	98,8%	4	93,6%	5	98,5%	6
3	96,0%	7	86,9%	7	95,9%	8
4	99,1%	3	93,8%	4	99,0%	4
5	99,5%	2	48,1%	8	99,5%	2
6	99,7%	1	97,3%	1	99,7%	1
7	98,8%	4	92,7%	6	98,7%	5
8	98,5%	5	96,0%	2	99,3%	3
Rendimento						
Região	Rendimento médio (R\$)		Chefes de domicílio renda < 2 SM		Chefes de domicílio renda > 10 SM	
	Valor	Nota	Valor	Nota	Valor	Nota
1	1.565,00	4	20,8%	4	30,9%	4
2	550,00	7	47,9%	7	6,1%	7
3	1.141,00	5	37,0%	5	20,2%	5
4	666,00	6	44,7%	6	9,1%	6
5	3.661,00	1	8,6%	2	67,8%	1
6	1.914,00	2	15,4%	3	44,7%	3
7	341,00	8	63,1%	8	1,4%	8
8	1.882,00	3	7,3%	1	45,7%	2

Continua na próxima página

Fonte: PMV. Secretaria de Gestão Estratégica, 2007. Adaptada pelos autores.

Continuação da TABELA 4

Escolaridade						
Região	Analfabetismo		Mais que 15 anos de estudo		Média de anos de estudo	
	Valor	Nota	Valor	Nota	Valor	Nota
1	2,6%	4	29,9%	4	10,3	3
2	6,1%	5	4,5%	7	6,6	7
3	7,4%	6	19,3%	5	7,8	5
4	7,0%	7	7,0%	6	6,7	6
5	0,9%	2	62,0%	1	12,8	1
6	2,0%	3	42,9%	3	9,7	4
7	11,3%	8	1,3%	8	5,1	8
8	0,8%	1	44,6%	2	10,7	2
Equipamentos públicos						
Região	Saúde, assistência e trabalho		Educação		Meio ambiente, esporte e lazer	
	Valor	Nota	Valor	Nota	Valor	Nota
1	1,37	1	1,25	6	1,73	1
2	0,93	4	1,37	4	0,87	4
3	1,12	7	1,42	7	0,75	7
4	0,68	3	1,18	3	0,66	3
5	0,39	7	0,28	7	1,10	2
6	0,52	1	0,66	1	0,84	1
7	0,84	4	1,57	1	0,63	7
8	0,46	5	0,54	5	0,63	7

TABELA 5 Notas das regiões segundo os pesos dos critérios

Região	Saneamento	Habitação	Escolaridade	Rendimento	Equipamentos	Total
	peso 0,1	peso 0,2	peso 0,3	peso 0,3	peso 0,1	
1	16	5	11	12	6	10,1
2	15	20	19	21	9	18,4
3	22	15	16	15	9	15,4
4	11	19	19	18	16	17,6
5	12	7	4	4	18	6,8
6	3	6	10	8	16	8,5
7	15	20	24	24	12	21,1
8	10	7	5	6	21	7,8

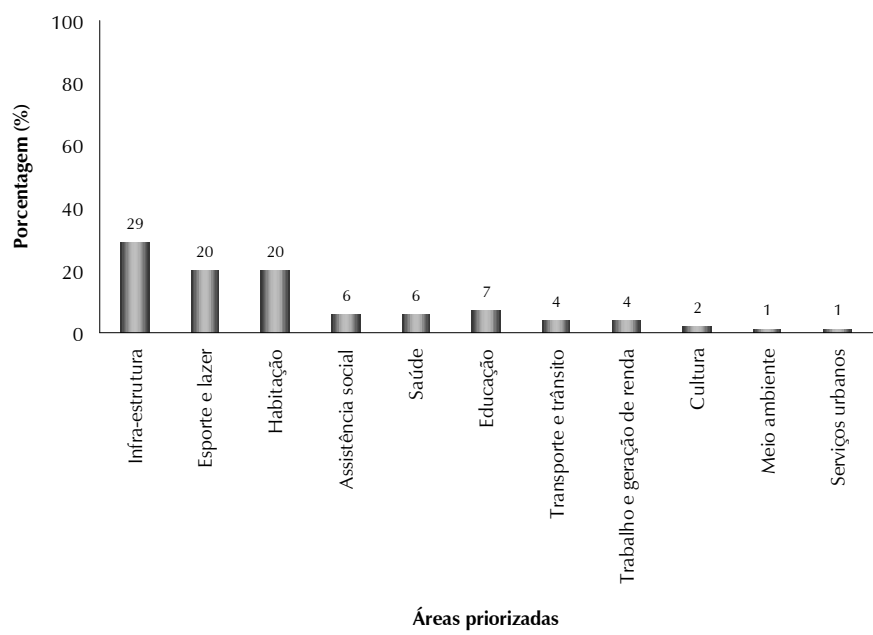
Fonte: PMV. Secretaria de Gestão Estratégica, 2007. Adaptada pelos autores.

TABELA 6 Cotas das regiões conforme notas

Região	Nota	Percentual
7	21,1	19,962%
2	18,4	17,408%
4	17,6	16,651%
3	15,4	14,570%
1	10,1	9,555%
6	8,5	8,042%
8	7,8	7,379%
5	6,8	6,433%
Total	105,7	100%

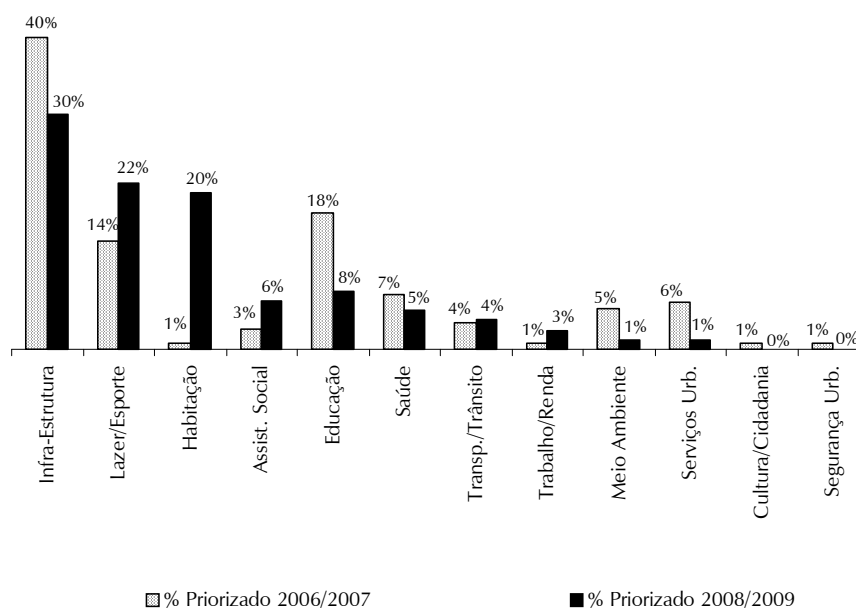
Fonte: PMV. Secretaria de Gestão Estratégica, 2007. Adaptada pelos autores.

GRÁFICO 1 Áreas priorizadas nas assembleias de bairro e setoriais



Fonte: PMV. Secretaria de Gestão Estratégica, 2007. Adaptado pelos autores.

GRÁFICO 2 Comparativo das áreas priorizadas nas demandas regionais



Fonte: PMV. Secretaria de Gestão Estratégica, 2007.

vezes a escolha da prioridade é conduzida por um grupo pré-formado, destinado a fazer quorum suficiente para escolher uma determinada demanda⁴. Diagnósticos prévios, inclusive com métodos participativos, em cada setor podem auxiliar na escolha das demandas.

A cartilha de critérios técnicos para a escolha das prioridades é bastante esclarecedora. No entanto, a grande densidade de informações faz com que a maioria dos participantes não a leia com antecedência. Apesar de haver uma apresentação introdutória com todas as informações sobre os critérios, não é suficiente para um amadurecimento da comunidade para a escolha das demandas.

2.5 – Participação nas assembleias

O histórico de participação no processo do orçamento participativo em Vitória é de estabilidade, enquanto o processo mantinha uma regularidade, chegando ao número máximo de participantes em 2001 (SAMPAIO, 2006), com 4.248 pessoas (1,44% da população). A retomada do OP em 2005 contou com o total de 4.620 participantes (1,46% da população) e em 2007 teve um aumento de 29,7% no número de participantes (Tabela 7). Enquanto em 2005 a média de participantes foi de 55 por reunião, em 2007 este número chegou a 71.

Ressalta-se o fato de, nas regiões de população mais rica, que já possuem menor participação relativa da população (média de menos de 1%), haver redução ou pouco aumento na participação. As regiões mais pobres mantêm uma boa participação (cerca de 3% da população) e aumentaram consideravelmente entre os processos de 2005 e 2007.

A população de baixa renda apostou no retorno do orçamento participativo, que contou com ampla divulgação. Como a resposta às demandas foi relativamente positiva, houve um incentivo ao aumento da participação. Quanto ao refluxo na participação da população de maior renda não há indícios captados no âmbito deste estudo. Isso pode se dever à qualidade de vida já alcançada em certos bairros, apesar de seguramente nenhum deles poder prescindir de algum tipo de intervenção.

4 Apresenta o exemplo de uma reunião em que alguns homens se uniram para solicitar um campo de futebol, e disputava com um grupo de mulheres que solicitavam uma creche. O grupo masculino acabou vencendo.

TABELA 7 Participação nas assembleias do orçamento participativo – 2006/2007 e 2008/2009

	Participação 2005	Participação 2007	Nº delegados*	% sobre 2005
Regiões				
Região 1	366	496	29	35,52%
Região 2	783	1350	79	72,41%
Região 3	797	823	49	3,26%
Região 4	982	872	52	-11,20%
Região 5	300	171	8	-43,00%
Região 6	544	720	42	32,35%
Região 7	576	953	56	65,45%
Região 8	105	112	7	6,67%
Total	4.453	5.497	322	23,44%
Setores				
Cultura	84	85	5	1,19%
Mulheres	30	107	8	256,67%
Negros e negras	53	111	7	109,43%
Juventude**	-	92	6	-
Criança e adolescente	-	100	7	-
Total	167	495	33	196,41%
Total geral	4.620	5.992	355	29,70%

Fonte: PMV. Secretaria de Gestão Estratégica, 2007. Adaptada pelos autores.

Este quadro reflete que de fato há uma forte tendência ao aumento na oportunidade de participação e de escolha pela população de baixa renda, e a uma reversão de prioridades que, por conseguinte, está atendendo a esta camada da população.

2.6 – Relação com o legislativo

A participação dos vereadores no orçamento participativo envolve alguns conflitos, sobretudo relacionados à representatividade. Ocorre um compartilhamento na representação dos interesses locais, que na democracia representativa é exercida exclusivamente pelos eleitos. Os vereadores acompanham algumas reuniões do OP sem interferência ou voto, não tendo nenhum papel oficial no processo.

É importante frisar que são os vereadores que transformam as escolhas da população em lei, e devem acompanhar de perto o processo para entender melhor as propostas encaminhadas, para defendê-las na aprovação do orçamento e na sua execução. O legislativo deve também manter maior envolvimento no processo de acompanhamento, junto aos delegados, afinal é um dos papéis dos vereadores, fiscalizar e garantir que as metas estão sendo corretamente cumpridas.

Deve haver uma forma de participação mais ativa dos vereadores no processo do OP, em que há um diálogo entre população, delegados e vereadores, de modo a estabelecer os papéis de cada um, logrando fortalecer ainda mais o controle social do orçamento público.

2.7 – Implementação das obras e serviços

O orçamento participativo 2006/2007, realizado no ano de 2005, elegeu 155 obras e serviços, sendo 109 das regionais e 46 das setoriais. Os resultados da prestação de contas realizada em agosto deste ano estão sintetizados nas Tabelas 8 e 9 e nos Gráficos 3 e 4. A maioria destas demandas está em fase de execução avançada (licitação, em execução e concluída), entretanto, foram apontados alguns entraves nesta fase, que foram trabalhados no aprimoramento do processo do OP 2008/2009. As demandas setoriais estão relativamente em boas condições de execução.

O principal problema encontrado na execução das obras do OP está ligado à desapropriação. Como se pode ver na Tabela 8, há várias regiões sofrendo deste problema, comprometendo o cumprimento das prioridades. Ocorre que nem todas as demandas são acompanhadas de proposição de terrenos

TABELA 8 Execução do orçamento participativo 2006/2007 – por região

Estágio	Região								Total	Percentual
	1	2	3	4	5	6	7	8		
Desapropriação	1	4	5	5	1	0	1	0	17	15,6%
Orçamento	2	1	0	0	0	2	0	0	5	4,6%
Estudos	1	0	0	2	0	0	0	0	3	2,8%
Planejamento/projeto	2	2	2	3	5	1	2	1	18	16,5%
Licitação	2	1	3	3	1	1	3	0	14	12,8%
Em execução	2	5	5	6	1	4	4	1	28	25,7%
Conclusão	2	3	4	2	4	5	4	0	24	22,0%
Total de demandas	12	16	19	21	12	13	14	2	109	100%

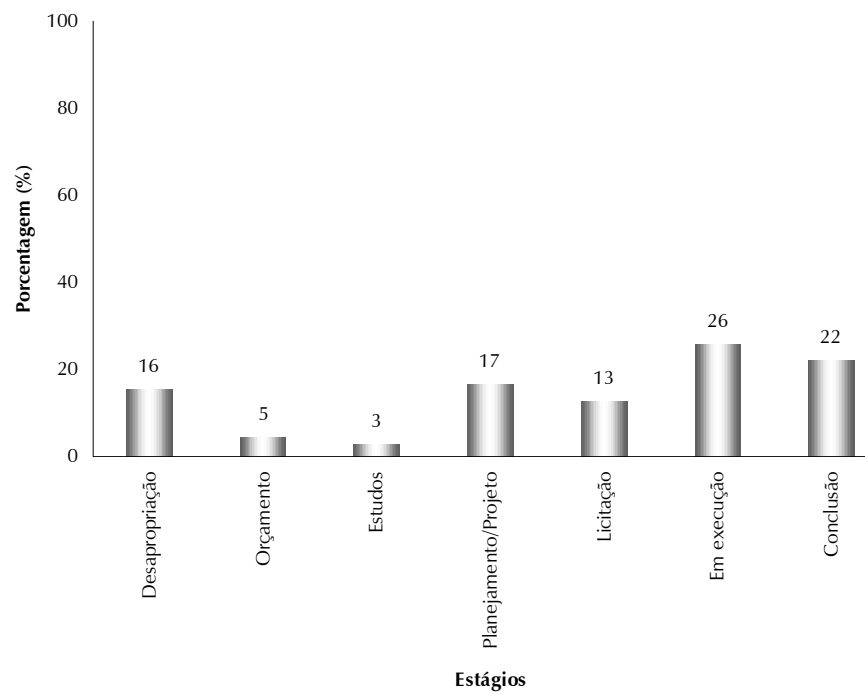
Fonte: Elaborada pelos autores com dados da PMV.

TABELA 9 Execução do orçamento participativo 2006/2007, por setor

Estágio	Crianças	Cultura	Economia solidária	Empresários	Juventude	Mulheres	Negros	Segurança	Total	Percentual
Estudos	0	0	2	0	0	0	0	0	2	4,3%
Planejamento / projeto	1	0	2	2	1	0	1	0	7	15,2%
Licitação	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2,2%
Em execução	3	2	2	0	0	0	1	1	9	19,6%
Conclusão	4	2	3	1	9	3	4	1	27	58,7%
Total de demandas	8	4	9	3	10	3	7	2	46	100%

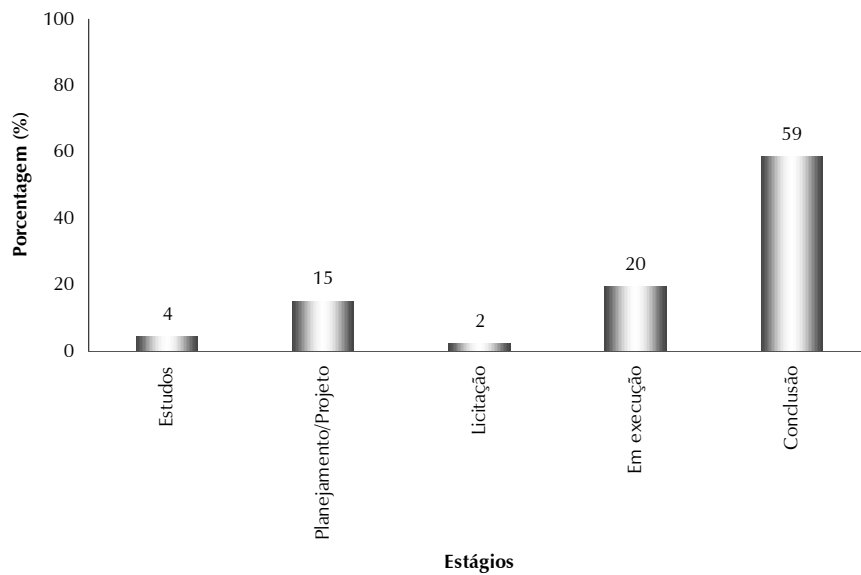
Fonte: Elaborada pelos autores com dados da PMV.

GRÁFICO 3 Execução do orçamento participativo 2006/2007 - regional



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PMV.

GRÁFICO 4 Execução do orçamento participativo 2006/2007 – setorial



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da PMV.

compatíveis com a sua estrutura, ou as propostas são acompanhadas de dificuldades na aquisição⁵. Por si só, o processo de desapropriação é longo.

A cartilha de critérios técnicos alerta para as escolhas que requerem este processo. A avaliação de viabilidade técnica leva este fato em consideração para a aprovação das propostas. No entanto, não se deve buscar o caminho de eliminação da proposta, mas o de eliminação (ou minimização) dos problemas ligados ao processo. Um levantamento prévio e até a aquisição de um banco de terras em áreas onde já foram detectadas certas carências pode acelerar o processo.

III – Considerações finais

O orçamento participativo foi uma conquista da sociedade e dos excluídos do processo de produção da cidade, na medida em que possibilita a participação de todos nas escolhas relativas à alocação de recursos públicos. É um processo inclusivo na participação e distribuição dos recursos, indo contra as práticas clientelistas e neoliberais.

Ao passo que os administradores públicos se dispunham a abrir mão de poder, várias cidades brasileiras desenvolveram sua prática de orçamento participativo. Experiências paradigmáticas como a de Porto Alegre balizaram a formação de diversas outras, mas sem poder ser “modelo”, apesar de muitas cidades encararem como tal e caírem no mal das “idéias fora do lugar”.

Em sua história, o orçamento participativo do município de Vitória iniciou-se juntamente com estas experiências exemplares, passou por diversos aprimoramentos, mas foi apagado por algum tempo pela falta de interesse de seus governantes.

No ano de 2005 foi reacendido, buscando colocar em prática a democracia participativa e o controle social do orçamento público. Na verdade, o orçamento participativo é uma das instâncias de participação nas decisões da cidade, com caráter de curto prazo. Ainda será preciso aprimorar a participação popular em planos em médio e em longo prazo, que ainda são realizados segundo o planejamento tradicional, em que há pouco espaço para interferências da sociedade.

5 A gerente de projetos urbanísticos da PMV/SEDEC relata que mesmo quando há a indicação de terrenos tecnicamente viáveis, há resistência dos proprietários quanto à venda, causando mobilização com a participação de moradores e vereadores. Ao mesmo tempo, há dificuldade em encontrar terrenos livres e/ou disponíveis para venda.

O estudo apresentado relatou a experiência atual do orçamento participativo de Vitória, em seus aspectos metodológicos, práticos e apontou alguns resultados. O âmbito de elaboração ficou restrito à coleta de dados gerenciais, informes publicitários e algumas entrevistas. Certamente, um acompanhamento durante um período maior, com investigação de certos desvios detectados, enriqueceria ainda mais o trabalho.

No entanto, foi possível a abordagem de dois aspectos gerais, mas importantes: o caráter redistributivo e a participação no processo. Quanto ao primeiro aspecto, a metodologia demonstrou preocupação com a justiça social e a inversão de prioridades, ao destinar maior número de recursos às regiões com maiores carências. Entretanto, é necessário investigar como estão sendo aplicados os demais investimentos não inseridos no processo do OP, para constatar se há ou não uma justa distribuição dos recursos públicos.

A participação no processo é relativamente significativa, inclusive se comparada com percentuais de participação das principais experiências, e é crescente. Há de se sublinhar que é mais crescente ainda a participação das camadas mais pobres, que conferem maior credibilidade ao processo, visto que estão sendo atendidos e priorizados.

Percebe-se que o aprimoramento é uma das metas da equipe de governo e que há uma busca de redução das desigualdades sociais através da alocação dos recursos. Seria importante também que as bases comunitárias se fortaleçam e façam com que esse compromisso se mantenha, independente de governante e partido político, para que este importante instrumento não adormeça mais uma vez.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Sérgio de. **Considerações sobre a experiência brasileira do Orçamento Participativo**: potencialidades e constrangimentos. Disponível em: <http://www.rls.org.br/publique/media/Sergio_Azevedo.pdf>. Acesso em: out. 2007.

BOLDA, Luciane (Gerente de orçamento participativo da Secretaria de Gestão Estratégica – PMV). **Orçamento participativo de Vitória**. 2007. Entrevista concedida a Melissa Passamani Boni, Vitória, 09 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Perfil e evolução das finanças municipais – 1998 a 2004**. Brasília, 2006.

CARLOS, Euzineia. **Controle social e política redistributiva no orçamento participativo**. Vitória: EDUFES, 2007.

_____. Orçamento Participativo em Vitória (ES): sob o signo da participação neoliberal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., Belém, 2007. **Anais...**

_____. Os desafios do orçamento participativo enquanto esfera pública de negociação. **Revista Sinais**, Vitória, v. 1. n. 1. abril. 2007. Disponível em: <<http://www.indiciarismo.com/revista/edicao%20de%20lançamento/Artigo%20de%20Euzineia%20Editorado.pdf>>. Acesso em: out. 2007.

GRAZIA, Grazia de. **Experiências de orçamento participativo no Brasil**. Período de 1997 a 2000. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2003.

JESUS, Cláudio Roberto de. **Políticas de orçamento participativo e seus impactos no associativismo urbano**: estudo comparativo do caso Belo Horizonte e Porto Alegre. 2000. 171 p. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Contribuintes e cidadãos compreendendo o orçamento federal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SAMPAIO, Ana Paula Santos. Orçamento participativo em Vitória. Analisando o formato institucional. **Civitas**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 155-180. jan.-jun. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/ojs/index.php/civitas/article/view/27/1590>>. Acesso em: out. 2007.

SOUZA, Celina. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, out.-dez. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10375.pdf>>. Acesso em: out. 2007.

SOUZA, Giselle Machado (delegada do orçamento participativo 2006/2007). **Reflexões sobre o processo do orçamento participativo de Vitória**. 2007. Entrevista concedida a Melissa Passamani Boni, Vitória, 10 dez. 2007.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. De ilusão também se vive: caminhos e descaminhos da democratização do planejamento e da gestão urbanos no Brasil (1989-2004). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., Salvador, 2005. **Anais...**

VITÓRIA (cidade). Prefeitura Municipal de Vitória. **Lei nº 5.165, de 11 de julho de 2000**. Dispõe sobre a participação popular na elaboração do orçamento municipal de Vitória e dá outras providências. Vitória, 2000.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Plano de investimentos do orçamento participativo 2008/2009**. Vitória, 2005c.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Acompanhamento da execução do orçamento participativo 2006/2007**. Vitória, 2007a.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Cartilha do orçamento participativo 2006/2007**. Vitória, 2005a.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Cartilha do orçamento participativo 2008/2009**. Vitória, 2007b.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Critérios técnicos do orçamento participativo**. Vitória, 2007c.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Participação dos delegados nos Fóruns Regionais do Orçamento Participativo 2008/2009**. Vitória, 2007d.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Participação nas assembleias do orçamento participativo 2008/2009**. Vitória, 2007e.

_____. Secretaria de Gestão Estratégica. **Plano de investimentos e serviços 2006/2007**. Vitória, 2005b.